



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO PROF. DR. SÉRGIO JACINTHO LEONOR
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

DEUZELY FERNANDES BATISTA

MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PRÁTICAS DOCENTES EM
UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO DE ARRAIAS-TO

ARRAIAS (TO)
2019

DEUZELY FERNANDES BATISTA

**MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PRÁTICAS DOCENTES EM
UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO DE ARRAIAS-TO**

Monografia apresentada à UFT - Universidade Federal do Tocantins - campus Universitário de Arraias, para obtenção do título de Pedagoga, sob orientação da Profa. Dr^a Giane Maria da Silva

ARRAIAS (TO)
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

B333m Batista, Deuzely Fernandes .

Música na Educação Infantil: Práticas Docentes em uma Instituição Pública de Ensino de Arraias-TO . / Deuzely Fernandes Batista . – Arraias, TO, 2019.

50 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Arraias - Curso de Pedagogia, 2019.

Orientadora : Drª Giane Maria da Silva

1. Práticas Pedagógicas. 2. Ensino de Música. 3. Educação Infantil. 4. Desenvolvimento Integral. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

DEUZELY FERNANDES BATISTA

**MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PRÁTICAS DOCENTES EM UMA
INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO DE ARRAIAS-TO**


Trabalho submetido ao Colegiado do
Curso de Pedagogia da Universidade
Federal do Tocantins, Campus
Universitário de Arraias, em
cumprimento parcial para obtenção do
título de Pedagoga à Deuzely Fernandes
Batista.

Data de aprovação: 25 / 06 / 2019



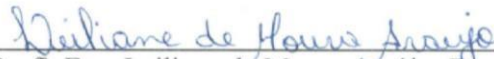
Profª. Drª. Giane Maria da Silva, UFT

Orientadora



Profª Me. Helena Quirino Porto Aires, UFT

Professora Avaliadora 1



Profª. Esp. Leiliane de Moura Araújo, Escolas Calunga

Professor Avaliador 2

Arraias-TO, 2019

Dedico este trabalho a todos que me apoiaram e me incentivaram a não desistir, em especial a minha querida vizinha, Maria Almezina (In memoriam), que dedicou sua vida a cuidar de mim. À Mayàra, amiga/irmã de todas as horas, sempre disposta a segurar minha mão, e a meu sobrinho, Ádamo Felipe, que cantava sempre a música “Brilha Estrelinha” na sua mais doce melodia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado a oportunidade de ter chegado até aqui, por me guiar e ter me dado forças e sabedoria.

À minha querida vizinha que, mesmo sendo analfabeta, me incentiva dizendo que “o estudo é o único bem que ninguém toma”.

Aos colegas de curso e amigos, em especial a Cleidiane (Cleide), Mayára, Janiele Divina (Niely), Maria José (Mary), Damiana (Dame) e Luciano (Lulu), pelo apoio e compreensão nas horas difíceis de desânimo e cansaço.

À minha tia/mãe Maria Luzia, pelas orações de fortalecimento e compreensão. Aos meus irmãos e irmãs, mesmo com a distância sempre dispostos a me ajudar.

À uma pessoa muito especial que nesse quatros anos e meio de trajetória acadêmica me apoiou e me ajudou em todos os momentos de desânimo.

À minha querida professora Elizabete Silveira (Bety), pelas doces palavras de carinho e apoio sempre que fui em busca de seus conselhos.

À minha querida professora e orientadora Dr^a Giane Maria da Silva pela paciência, dedicação e comprometimento nas orientações.

Agradeço aos membros da banca examinadora, pela disponibilidade de participar e pelas contribuições para produção do texto final.

“Educar-se na música é crescer plenamente e com alegria. Desenvolver sem dar alegria não é suficiente. Dar alegria sem desenvolver, tampouco é educar.” (GAINZA, 1988, p.95)

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo identificar e relatar as práticas pedagógicas de docentes que atuam em uma escola infantil no município de Arraias-TO, em turmas que atendem crianças entre três e quatro anos de idade, em relação ao ensino com música e como essas práticas poderão ajudar no desenvolvimento das crianças, nesse sentido, este estudo traz um breve histórico sobre a concepção de infância, infância no cenário brasileiro, e as leis que estão relacionadas a educação infantil e, conseqüentemente, ao ensino de música, para assim refletirmos sobre as propostas relacionadas à educação infantil e ao ensino de música, buscando aspectos sobre essas propostas na Constituição Federal de 1988, Lei das Diretrizes Básicas da Educação nº 9.394/96, Base Nacional Comum Curricular, Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil e autores como Kramer (2006); Kuhlmann (2010); Loureiro (2003); Brito (2003). Entre outros autores que dão embasamento a esse trabalho e consideram que a música é essencial para o desenvolvimento da criança, e como essa prática é e pode ser desenvolvida na educação infantil. A metodologia deste trabalho foi de caráter qualitativo. Com o intuito de obter dados descritivos sobre pessoas, e não enumerar, mas auxiliar no entendimento detalhado de todas as informações. Os sujeitos da pesquisa foram a coordenadora pedagógica e duas professoras de uma instituição pública de educação infantil, a qual utilizamos de entrevista semiestruturadas, para privilegiar as falas dos participantes. Concluímos a partir do estudo que a música está presente em muitos momentos nas salas de aula da instituição como mediação pedagógica no processo de ensino e aprendizagem nos diversos temas e contextos da educação infantil, e que os professores têm uma prática pedagógica ampla e sociável com música.

Palavras chave: Educação Infantil; Ensino de Música; Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT

This paper aims to identify and report the pedagogical practices of teachers who work in a kindergarten in the municipality of Arraias-TO, in classes that attend children between three and four years of age, in relation to teaching with music and how these practices may help in the development of children, in this sense, this study brings a brief history about the conception of childhood, childhood in the Brazilian scenario, and laws that are related to early childhood education and, consequently, the teaching of music, so we reflect on the proposals related to children's education and music education, seeking aspects of these proposals in the Federal Constitution of 1988, Basic Education Guidelines Law 9.394 / 96, National Curricular Common Base, National Curriculum Framework for Early Childhood Education, National Curricular Guidelines for Early Childhood Education and authors such as Kramer (2006); Kuhlmann (2010); Loureiro (2003); Brito (2003). Among other authors that support this work and consider that music is essential for the development of the child, and how this practice is and can be developed in early childhood education. The methodology of this work was qualitative. In order to obtain descriptive data about people, not to enumerate, but to aid in the detailed understanding of all information. The subjects of the research were the pedagogical coordinator and two teachers of a public institution of infantile education, which we use of semistructured interview, to privilege the speeches of the participants. We conclude from the study that music is present in many moments in the institution's classrooms as pedagogical mediation in the teaching and learning process in the various themes and contexts of early childhood education, and that teachers have a broad and sociable pedagogical practice with music .

Keywords: Child Education; Music Teaching; Pedagogical practices.

LISTA DE SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CF - Constituição Federal

ECA - Estatuto Da Criança e do Adolescente

LDB - Lei de Diretrizes Bases da Educação

RCNEI - Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

UFT- Universidade Federal do Tocantins

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	15
2.1 Concepção de infância	15
2.2 Educação Infantil: considerações sobre a Constituição Federal de 1988 e a LDB nº 9394/96	19
3 HISTÓRIA DA MÚSICA	22
3.1 A Música no Brasil	22
3.2 O ensino de música na educação infantil	25
3.3 A música no processo de desenvolvimento da criança	28
3.4 A Base Nacional Comum Curricular e a Educação Infantil	29
3.5 A Base Nacional Comum Curricular e os campos de interação com a música	31
4 METODOLOGIA DE PESQUISA	33
4.1 Caracterização da pesquisa	33
4.2 Sujeitos da pesquisa	34
4.3 Procedimentos e instrumentos para a coleta de dados	34
5. CONSIDERAÇÕES SOBRE A MÚSICA NA PRÁTICA DOCENTE	35
5.1 A música na percepção da coordenadora pedagógica	35
5.2 Percepções das professoras sobre a música	38
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICE A	46
APÊNDICE B	47

ANEXO A	48
ANEXO B	49

1 INTRODUÇÃO

A música esteve presente por muito tempo e em muitos lugares, em todas as manifestações sociais, culturais e pessoais, tornando-se uma linguagem que possibilitou, através dos sons, dos gestos e das expressões humanas, a comunicação.

O estudo da música vem para fazer um convite à participação e interação no mundo infantil. É preciso olhar atentamente a criança e repensarmos se nossas práticas estão condizentes com as transformações, os meios e as necessidades desses seres em formação; é um resgate de uma docência que trabalha e educa com amor e sensibilidade às condições humanas.

É necessário que a escola assuma uma educação com função social, tendo a música enquanto modalidade artística e interdisciplinar, uma forte parceira no processo de ensino e de aprendizagem e na construção dos métodos que serão capazes de promover satisfação tanto do educador, quanto do educando. Para Gainza (1988, p.95) “[...] educar-se na música é crescer plenamente e com alegria. Desenvolver sem dar alegria não é suficiente. Dar alegria sem desenvolver, tampouco é educar.”

O ensino com música tem como propósito colaborar e favorecer o desenvolvimento das crianças, eliminando o sentido da atividade como mecânica e de pouca produtividade no decorrer de seu uso, mas que explore as múltiplas possibilidades que a música tem em seu ensino. Destaca-se, desse modo, a música como uma importante ferramenta pedagógica que contribui nos campos de desenvolvimento das crianças, preparando-as, inclusive, para lidarem com os sentimentos e as interações no mundo adulto.

Para compreender a importância da música na educação infantil é de grande importância fazer um breve histórico sobre a concepção de infância e a lei que ampara a educação infantil no cenário brasileiro, para assim adentrarmos no entendimento das leis relacionadas à educação infantil, e conseqüentemente, ao ensino de música e assim refletirmos sobre as propostas relacionadas ao ensino de música nessa etapa de ensino.

Nesse sentido, trazemos leis e autores que amparam a educação infantil, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, as Diretrizes Curriculares

Nacionais para a Educação Infantil, a Base Nacional Comum Curricular e autores como Ariès (1981), Kramer (2006), Kuhlmann (2010), Loureiro (2003), Brito (2005), entre outros autores que consideram que a música é essencial para o desenvolvimento da criança e como essa prática é e pode ser desenvolvida na educação infantil.

Godoi (2011) afirma que a música no desenvolvimento da criança possibilita ter uma visão ampla e dinâmica de como ensinar, de como melhorar o desenvolvimento e aprendizagens das crianças diante dessa prática, pois a música ajuda na percepção e no entendimento dos conteúdos, no desenvolver da sensibilidade das crianças, na concentração, trazendo benefícios que serão significativos no processo de alfabetização, o que a torna importante no processo educativo dos alunos desde a educação infantil.

Durante a experiência do estágio supervisionado na educação infantil, realizado em 2018, foram observadas situações em que o uso da música se dava apenas para práticas rotineiras, como a acolhida no início da aula, antes do lanche e em outros momentos do dia a dia na sala de aula, pouco contribuindo para a obtenção de outros sentidos e significados que a música traz, como o sentimento de alegria e de motivação. As práticas tornavam-se um tanto mecanizadas, eliminando qualquer possibilidade do uso da música em uma proposta de socialização, desenvolvimento e aprendizagem. Nesse sentido, propomos que o ensino de música seja trabalhado de uma forma mais sistemática com canções e cantigas inseridas de forma contextualizada, que busque a cultura da criança, que ela goste, entenda e interprete o que está ouvindo, assim o aproveitamento da metodologia poderá proporcionar bons resultados, dando às crianças oportunidade de se expressarem e participarem de forma mais ativa, evitando a reprodução sem sentido e sem entendimento.

O ensino de música, portanto, tem como propósito promover o desenvolvimento das crianças e a exploração das múltiplas possibilidades que ela tem. Destaca-se, desse modo, a música como uma importante ferramenta pedagógica que contribui para o desenvolvimento integral das crianças, estimulando a memorização e preparando-as inclusive para lidarem com a interação no mundo adulto.

O objetivo principal desse trabalho é identificar e relatar as práticas pedagógicas de docentes que atuam em uma escola infantil no município de Arraias-TO, em turmas que atendem crianças entre três e quatro anos de idade, em relação ao ensino com música e como

essas práticas poderão ajudar no desenvolvimento das crianças. Mais especificamente, os objetivos norteadores desse estudo foram: i) compreender a importância do ensino de música para o desenvolvimento das crianças; ii) investigar se os professores utilizam a música como instrumento facilitador do trabalho pedagógico, de que maneira ela é trabalhada em sala de aula e como ela pode ajudar no desenvolvimento social e afetivo da criança; iii) identificar os campos de experiência em que a música está incluída na Base Nacional Comum Curricular-BNCC e como esses campos podem auxiliar em diversas atividades pedagógicas.

Esse trabalho, portanto, está organizado em seis seções. Na primeira, apresentamos uma introdução; na segunda, um breve histórico sobre a concepção de infância e da infância no Brasil, nas visões de autores como Ariès (1981), Kramer (1996), Kuhlmann Jr (2010) e Loureiro (2005), que tratam da transformação da infância e como esse reconhecimento veio a se concretizar, e fazendo uma discussão a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96; na terceira, trazemos um histórico da música no Brasil e na educação e sua inserção na educação infantil, trazendo a sua importância no desenvolvimento da criança, buscando os campos de interação da música na Base Nacional Comum Curricular. Na quarta seção, descrevemos os caminhos escolhidos para a realização da pesquisa de campo, o tipo de pesquisa, o contexto, os sujeitos e os procedimentos e os instrumentos adotados na pesquisa. Na quinta seção, são analisadas as percepções da coordenadora e das professoras entrevistadas sobre as práticas com a música e, por fim, apresentamos as considerações finais.

2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

2.1 Concepção de infância

A ideia de criança que hoje temos demorou anos e anos para que fosse aceita e compreendida. Não tínhamos noção de infância, de criança como um ser que precisava de cuidados e de uma educação. Para Kramer (1996, p.38), “a infância ou infamias em latim quer dizer aquele que não fala” e o homem na sua infância era visto como aquele que não tinha expressão, assim ele tinha a necessidade de se constituir e tornar-se um sujeito da linguagem, construindo sua própria história.

Os estudos do historiador francês Phillipe Ariès (1981) despertaram em outros estudiosos o interesse sobre a infância e a família e trouxeram à tona uma investigação mais ampla sobre a história da infância, partindo dos dois sentimentos que esse autor atribuiu à infância: “paparicação e exasperação”. Abrindo assim o caminho para que a criança fosse vista como um ser social e histórico, pois antes dessas investigações as crianças eram vistas como pequenos adultos; para a família, ela tinha uma independência e por isso já era incluída nas atividades cotidianas para que aprendesse o básico para sua inserção social. Mas isso acontecia em famílias que possuíam bens materiais, pois teriam pessoas destinadas a esses afazeres com as crianças.

Grande parte da população nessa época era muito carente e as crianças mal chegavam ao seis meses de idade, devido às más condições sanitárias. Os níveis de mortalidade infantil eram alarmantes e as crianças eram vistas como um ser ao qual não se podia apegar, pois a qualquer momento ela morreria. Essa perda era caracterizada como algo natural, pois o índice de natalidade também era alto, ocasionando uma substituição das crianças que faleciam. Ariès (1978, p.22), aponta que “[...] as pessoas não podiam se apegar muito a algo que era considerado uma perda eventual...”. Esse mesmo autor ainda relata que, nessa época, a socialização das crianças para a transmissão de valores e de conhecimentos não era estabelecida pelas famílias, pois elas eram afastadas de seus pais e passavam a conviver com outros adultos, passando da fase de criança direto para a vida adulta (ARIÈS,1978).

No século XVII, com as transformações sociais, o sentimento de infância ocorreu e as reformas religiosas e protestantes trouxeram um olhar para a criança e para a sua aprendizagem, trazendo-a para o seio familiar. Passando a ser preocupação da família e da sociedade, esse sentimento trouxe modificações para a educação, pois a valorização da aprendizagem se tornou o forte no atendimento à criança.

(...) A ideia de infância, como se pode concluir, não existiu sempre, e da mesma maneira. Ao contrário, ela aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudam a inserção e o papel da criança na comunidade. Se na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo direto (“de adulto”) assim que o período de alta mortalidade, na sociedade burguesa ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para a vida futura. Este conceito de infância é, pois determinado historicamente pela modificação nas formas de organização da sociedade. (KRAMER, 1978, p.19)

Segundo Loureiro (2005, p.36), “[...] nesse período começa existir uma preocupação em conhecer a mentalidade das crianças a fim de adaptar os métodos de educação a elas, facilitando o processo de aprendizagem [...]”. Dessa forma, constata-se que a ideia de infância evoluiu com o tempo. Para Kramer (1978), a criança desempenhou diferentes papéis nas classes sociais em sociedades nas quais eram inseridas, portanto, não se deve ter uma ideia de infância como universal.

Na visão de autores como Kramer (1978) e Kuhlmann Jr. (2010), que estudam sobre infância e infância no Brasil, o reconhecimento do conceito de infância veio a se concretizar depois de um longo processo de modernização e de industrialização do país, pois por necessidade de mão de obra as mulheres se inseriram no mercado de trabalho e com isso os filhos dessas mulheres não tinham com quem ficar. Nesse período, a mortalidade infantil teve um aumento crítico, em consequência das péssimas condições de higiene nas casas de cuidadoras, fazendo com que as crianças ficassem vulneráveis a doenças.

Para Godoy (2011), foi diante da grande necessidade de mão de obra feminina que as primeiras creches surgiram, mantidas pelos próprios pais dos usuários, com caráter assistencialista, somente com o objetivo de guardar e cuidar das crianças, pois eram tratadas como seres frágeis, indefesos e completamente dependentes. As pessoas que cuidavam dessas crianças nessa época não tinham formação, sua atuação era restrita somente ao cuidado básico de higiene e regras de bom comportamento.

O autor supracitado ainda relata que anos mais tarde e devido ao crescente índice de mulheres no mercado de trabalho, e também com o crescimento de creches e pré-escolas, houve a necessidade de direcionar esses cuidados para uma alfabetização, porém essa conduta era diferenciada às crianças vindas de família de classe baixa, preparando-as para que pudessem superar as condições sociais as quais estavam integradas, por meio de uma educação imposta que visasse sua melhoria social.

Dessa forma, a educação que estava direcionada ao pobres e que era mantida pelo poder público era vista muitas vezes como compensatória, buscando sanar as dificuldades sociais das crianças e das famílias. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil-RCNEI (1998) enfatiza que “a tônica do trabalho institucional foi pautada por uma visão que estigmatizava a população de baixa renda” e ressalta que esses atendimentos às

crianças eram por critérios de exclusão, impostos aos menos favorecidos e por essa razão não se levava em conta as questões relacionadas à cidadania e nem os princípios de liberdade e de igualdade. Porém, nos jardins de infância onde estavam as crianças vindas das famílias ricas, essa educação não tinha a mesma conduta, pois a essas crianças de classes mais favorecidas era oferecida a evolução do desenvolvimento dos aspectos afetivos e cognitivos.

Essa vinculação institucional diferenciada refletia uma fragmentação nas concepções sobre educação das crianças em espaços coletivos compreendendo o cuidar como atividade meramente ligada ao corpo e destinado às crianças mais pobres, e o educar como experiência de promoção intelectual reservada aos filhos dos grupos socialmente privilegiados. Para além dessa especificidade, predominante ainda, por muito tempo uma política caracterizada pela ausência de investimento público e pela não profissionalização da área (BRASIL, 2009, p.81).

A educação é um direito que deve ser garantido a todos, sem qualquer forma de exclusão e aponta-se, em documentos oficiais, que a mudança da concepção de uma educação assistencialista significou olhar para aspectos que vão muito além da legalidade. A questão da educação infantil passou então a

[...] rever concepções sobre a infância, as relações entre classes sociais, as responsabilidades da sociedade e o papel do Estado diante das crianças pequenas. Embora haja um consenso sobre a necessidade de que a educação para as crianças pequenas deva promover a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais da criança, considerando que esta é um ser (BRASIL, 1998, p. 18).

Diante dessa perspectiva, o atendimento às crianças em creches e pré-escolas deixou de se limitar ao cuidado e elas passaram a ser tratadas como sujeitos com direitos a aprender e a ter acesso às atividades educativas voltadas para cada faixa etária, contribuindo assim para o desenvolvimento de cada uma como ser humano e para o contato com outros indivíduos e culturas.

A caracterização da instituição de educação infantil como lugar de cuidados e educação, adquire sentido quando segue a perspectiva de tomar a criança como ponto de partida para a formulação das propostas pedagógicas. [...] Educá-la é algo integrado ao cuidá-la. (KUHLMANN JR, 2007, p. 60)

Cuidar e educar passam então a andar juntos e ligados às práticas das creches e pré-escolas. Este direito está garantido na Constituição Federal de 1988, destinada ao atendimento de crianças pequenas, sendo as instituições obrigadas a assumir a função de cuidar e de educar de modo que possam ampliar o potencial crítico e criador dos sujeitos.

2.2 Educação Infantil: considerações sobre a Constituição Federal de 1988 e a LDB nº 9394/96

A Constituição Federal (CF) de 1988 instituiu a Educação Infantil como dever da família, da sociedade e do estado, assegurando seu atendimento às crianças em creches e pré-escolas. No artigo 227, a CF prevê:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

A educação infantil então é reconhecida como direito de todas as crianças e sendo um dever do estado houve a expansão no número de escolas e incentivos para a melhoria na formação dos profissionais. Direito esse garantido no artigo 205, deixando evidente a função que o estado tem de oferecer a educação e a família como responsável pela tarefa de educá-las.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

No mesmo ano, a partir da publicação da CF, determinou-se a elaboração de uma lei voltada somente para discutir a educação no país, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. No ano de 1996, a LDB nº 9394/96 foi aprovada e esta foi a primeira vez que em uma única lei se contemplou desde a educação infantil até o ensino superior. A educação infantil, portanto, passou a ser reconhecida como etapa inicial da educação básica.

Art.29 - A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL,1996).

Ainda na década de 90, o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA foi publicado, regulamentando os direitos das crianças e dos adolescentes, resgatando o valor de ambos como seres humanos, destacando a obrigatoriedade de proteger as crianças e os adolescentes de toda forma de negligência, garantindo ainda mais o seu acesso à escola e a uma educação de qualidade, valorizando a criança e tendo-a como ativa e capaz de construir o seu próprio conhecimento.

Os direitos e deveres das crianças então passaram a ser assegurados pela Constituição Federal de 1988, pelo ECA e reafirmados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB n. 9394/96, estabelecendo de forma definitiva o direito das crianças a uma educação de qualidade.

A partir LDB, a Educação Infantil tem como objetivo principal o desenvolvimento integral da criança nos seus aspectos físico, social, psicológico, intelectual, acompanhado da ação da família e da comunidade. De acordo com a LDB, a oferta da educação Infantil deve ser em escolas municipais e particulares, sendo de responsabilidade dos municípios ofertá-la em creches e pré-escolas.

Segundo Kuhlmann Jr. (2010), diante dos termos determinados nos documentos oficiais, creche e pré-escola, há instituições brasileiras que atribuíram outros nomes à educação das crianças, como jardim, maternal, berçário, escolinha, entres outros. Esse autor afirma que:

na realidade, encontramos uma diversidade muito maior, marcada pelas desigualdades, até mesmo na denominação institucional, (...) A solução dessas desigualdades não ocorre nem com a passagem de creches e pré escolas da esfera administrativa-assistencialista para a educacional, nem com a definição de um referencial curricular nacional que sugira ser possível promove-la por meio do acesso de todos os conhecimentos historicamente acumulado. (KUHLMANN JR., 2010, p. 55)

Uma ideia que se apresentou por muito tempo, porém já superada nos dias atuais, é a de que a Educação Infantil é a antecipação do ensino fundamental. Brito (2005) defende que a educação infantil é uma etapa de construir bases para as crianças em que elas possam experimentar diferentes formas, conviver com as pessoas, desenvolver-se e participar da cultura do outro. Nesse sentido, a referida autora aponta:

aí está o desafio da educação infantil, que não é o de ensinar letras, mas o de construir as bases que as crianças possam desenvolver-se como pessoas plenas e de direito e, assim participar criticamente da cultura escrita, convivendo com essa organização discursiva, experimentar, de diferentes formas, os modos de pensar típicos do escrito. Antecipar o ensino das letras em vez de trazer o debate da cultura escrita no cotidiano, é inverter o processo e aumentar a diferença. (BRITO, 2005, p.15)

Portanto, pensar nessa ideia de que a educação infantil é uma etapa preparatória para o ensino fundamental é desconsiderar a concepção de criança de que tanto se fala. Autores como Kramer (1992), Kuhlmann (2010) e Montandon (2001) defendem que crianças são sujeitos de direitos, com características próprias, afetividade e há a própria concepção de educação infantil como construção histórica e social. Segundo Montandon (2001),

a infância é uma construção social; A infância é variável e não pode ser inteiramente separada de outras variáveis como classe social, o sexo ou o pertencimento étnico; As relações sociais das crianças e suas culturas devem ser estudadas em si; As crianças são e devem ser estudadas como atores na construção de sua vida social e da vida daqueles que a rodeiam; Os métodos etnográficos são particularmente úteis para o estudo da infância. (MONTANDON, 2001, p. 51)

Assim, embora tenhamos desde o final do século XIX experiências de educação escolar das crianças entre zero e seis anos de idade, a expressão “Educação Infantil” somente foi criada para designar essa etapa da educação básica a partir do ano de 1996. Primeiramente, tivemos o reconhecimento pela Constituição Federal-CF (BRASIL, 1988) de que as crianças dessa faixa etária têm direito à educação em creches e pré-escolas, como mencionado. Em seguida, esse direito é reafirmado no Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (BRASIL, 1990). Por fim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB n. 9394/96 (BRASIL, 1996) define que a educação das crianças entre zero e cinco anos denomina-se Educação Infantil e compreende a creche (para crianças de zero a três anos) e a pré-escola (para crianças

de quatro a seis anos). Essa faixa etária de abrangência da Educação Infantil foi modificada posteriormente pela Lei Federal n. 11.274 (BRASIL, 2006), que determinou o início do Ensino Fundamental aos seis anos, definindo então que a Educação Infantil abrange as crianças entre zero e cinco anos.

Com a LDB 9.394/96 em vigor e a educação Infantil caracterizada como a primeira etapa da educação básica, o ensino de Artes passa a ser componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica, visando promover dessa forma o desenvolvimento cultural e social dos alunos.

3 HISTÓRIA DA MÚSICA

3.1 A Música no Brasil

Para França (1953) e Godoi (2011), o ensino de música chegou no Brasil juntamente com os europeus durante o processo de colonização em que os padres jesuítas usavam desse recurso na tentativa de aproximação e educação dos indígenas, porém não era uma educação voltada a musicalizar. Mesmo tendo o canto e a aprendizagem de instrumentos, o interesse maior era catequizar, um processo puramente religioso, visando apenas a fé e a disseminação da igreja naquela época. As aulas de canto e o ensino de instrumentos tinham o intuito dos sujeitos tocarem nas cerimônias litúrgicas. Em relação a isso, Pereira (2010) afirma que:

[...] um importante papel institucional para o Reino de Portugal, ocupando espaços, promovendo atividades econômicas e exercendo a dominação cultural local através da imposição da catequese aos índios nativos. Estas ações, inicialmente restritas à população indígena, dão início ao ensino musical no Brasil. (PEREIRA, 2010, p. 8)

Diante dessa visão do autor, podemos dizer que a missão jesuítica não tinha pretensão nenhuma de educar, mas de impor aos habitantes uma obediência e sustentar qualquer prática diferenciada ou inovadora que fugisse do trabalho da Igreja.

Godoi (2011), diz que foi durante a chegada do império no Brasil que a música se tornou importante, pois era necessário fazer com que a família real se sentisse na corte

européia, na capital do império, no Rio de Janeiro. Com esse novo cenário e a necessidade de atender à corte, nasce o colégio Dom Pedro II que incluía no seu currículo o ensino de música como disciplina, para assim formar os músicos que, posteriormente, fossem trabalhar nesse ambiente junto com os artistas oriundos da corte europeia.

Com a consolidação do ensino público e de um país laico é que a legislação sobre a educação ganha destaque, oriunda da reforma Couto Ferraz que, segundo Pereira (2010), traz a “regulamentação do ensino primário nas escolas publica durante o segundo império, colocando entre os conteúdos e o currículo escolar, as noções de música e exercícios de canto” (p.12).

Entre idas e vindas, reformas e contrarreformas sobre o ensino de música no currículo escolar, somente na década de 20 é que houve um momento importante nas escolas brasileiras, que foi o Movimento dos Pioneiros, impulsionado por educadores cujo objetivo estava baseado na Escola Nova, que veio para contrapor o que era considerado “tradicional” naquela época.

As reformas educacionais inspiradas nos princípios da Escola Nova, que incluíam as inovações propostas para a educação musical pelo pedagogo suíço J. Dalcroze, ganharam especial impulso no Brasil nos anos vinte e despertaram debates que transgrediram o âmbito do Congresso Nacional para tornarem-se um debate de foro nacional. (PEREIRA, 2010, p. 16)

Na década de 30, outro movimento revolucionou a trajetória do ensino da música no Brasil: o canto Orfeônico, estimulado por Villa Lobos e baseado nas Leis Orgânicas de ensino formulada por Gustavo Capanema. As relações entre o canto orfeônico e a Escola Nova foram bastante evidentes na prática do movimento que, desde o seu surgimento, demonstrava a preocupação com o uso da música na formação do caráter e da valorização do aspecto coletivo.

Pereira (2010, p. 22) destaca que “o lento processo que permeou a trajetória do novo projeto educacional para o país, iniciado em 1948, constituiu-se em uma luta que durou uma década e só foi caracterizada com a Lei em 1961, após a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional”. É nesse período que surge pela primeira vez no cenário educacional brasileiro o termo “Educação Musical”, em substituição ao Canto

Orfeônico.

A partir da LDB n. 4024, de 20 de dezembro de 1961, a Educação Artística passava a ser incluída como componente curricular obrigatório no ensino de 1º e 2º graus da área de comunicação e expressão, que passou a ser composta por quatro áreas artísticas distintas: música, artes plásticas, artes cênicas e desenho. Uma decisão que gerou controvérsias na visão de educadores musicais da época, pois era uma disciplina que, na realidade, não ensinava e dificilmente se conseguiria em um período curto de licenciatura ter uma formação mínima em todas essas áreas. Segundo Pereira (2010),

[...] apesar da determinação das quatro áreas - a desarticulação da educação musical nas escolas e, com raras exceções, no silenciamento em larga escala de tal prática nas escolas, pela primeira vez em toda a história do ensino público no Brasil (PEREIRA, 2010, p. 269).

Em 1996, houve então uma alteração no conceito do ensino da arte, mais especificamente na redação da LDB n. 9394/96, o que, na prática, não implicou no que já estava sendo praticado nas escolas. O novo termo arte, introduzido na LDB de maneira evasiva, deixou uma abertura para várias interpretações, o que trouxe diversas maneiras de aplicação. Nesse sentido, de acordo com Penna (2004),

[...] (a Lei 9.394/96 – art. 26, parágrafo 2o), garante um espaço para a(s) arte(s) na escola, como já estabelecido em 1971, com a inclusão da Educação Artística no currículo pleno. E continuam a persistir a indefinição e ambiguidade que permitem a multiplicidade, uma vez que a expressão “ensino de arte” pode ter diferentes interpretações, sendo necessário defini-la com maior precisão” (PENNA, 2004, p. 23)

Foi somente no ano de 2008, com a lei 11.769, que alterou-se um artigo da LDB 9.394/96, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica, acrescida no artigo 26, parágrafo 6º, a seguinte redação:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 6º A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.769, de 2008)

§ 6º As artes visuais, a dança, a música e o teatro são as linguagens que constituirão o componente curricular de que trata o § 2º deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 13.278, de 2016) (BRASIL, 2008)

A Lei 11.769 tem, portanto, como objetivo, a obrigatoriedade do ensino da música, porém não destaca a disciplina de música como exclusiva, mas fazendo parte do ensino de arte. Essa lei trouxe para a escola brasileira a música como conteúdo curricular obrigatório, criando assim um novo ciclo de oportunidades e discussões sobre o ensino de música. De acordo com essa Lei, cada instituição de ensino tem total autonomia para decidir como incluir esse conteúdo, de acordo com seu projeto político pedagógico.

3.2 O ensino de música na educação infantil

Godoi (2011), afirma que a música é um instrumento fundamental para transformação do desenvolvimento e aprendizado das crianças e para seu conhecimento sobre o mundo, pois através dos sinais sonoros que são emitidos pela música, a criança tem um elemento socializador e ampliador, além do melhoramento das funções motoras.

De acordo com o autor acima citado, a música destaca-se como um recurso capaz de tornar o processo de aprendizagem mais prazeroso e, por consequência, mais efetivo. Ela está presente na nossa cultura desde o início. Na pré-história já se produzia música, não com as características de hoje, mas partindo da observação dos sons da natureza, usada como forma de concentração que combinava os sons e o silêncio para percepção de tudo que estava em volta. Até chegar nos dias de hoje, a música passou por diversas civilizações, características e transformações.

A música faz parte da formação da criança, desde a sua gestação, nos primeiros meses de vida, por meio das cantigas de ninar, nas brincadeiras de roda, até o momento em que elas passam a ser adultas, passando por várias transformações, exercendo a sua própria criatividade de maneira crítica e livre. Trata-se de um poderoso recurso educativo, libertador e criador que contribui ainda mais para o aprender, auxilia as crianças na concentração, a

observar, a entender e avaliar, além da coordenação motora, quando se solta o corpo no dançar e no cantar. Nesse sentido, Brito (2005) defende que:

as cantigas de ninar, as canções de roda, as parlendas e todo tipo de jogo musical têm grande importância, pois é por meio das interações que se estabelecem que os bebês desenvolvem um repertório que lhes permitirá comunicar-se pelos sons; os momentos de troca e comunicação sonora musicais favorecem o desenvolvimento afetivo e cognitivo, bem como a criação de vínculos fortes tanto com os adultos quanto com a música. (BRITO, 2005, p.49)

Quando falamos em música na educação infantil, acreditamos que ela venha a promover o desenvolvimento da criança e que não seja apenas uma prática descontextualizada, mas sim um complemento, um meio para o melhor entendimento e trabalho das muitas atividades realizadas na educação infantil. Além de desenvolver a sensibilidade musical, ela pode ainda ajudar no desenvolvimento de outras capacidades da criança como a concentração, o raciocínio, a criticidade, a criatividade, características que são fundamentais para uma aprendizagem efetiva. Quando a criança tem contato com a música, seus conhecimentos são potencializados de forma prazerosa, pois, como ferramenta de apoio, é estimulante e fornece condições para observar, criar e interagir. Brito (2005) afirma ainda que “a linguagem musical pode ser um meio de ampliação da percepção e da consciência, porque permite vivenciar e conscientizar fenômenos e conceitos diversos” (p.26).

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil-RCNEI (1998) destaca que

a música é a linguagem que se traduz em formas sonoras capazes de expressar e comunicar sensações, sentimentos e pensamentos, por meio da organização e relacionamento expressivo entre o som e o silêncio. A música está presente em todas as culturas, nas mais diversas situações: festas e comemorações, rituais religiosos, manifestações cívicas, políticas etc. (BRASIL, 1998, p.44).

Brito (2005) destaca as diversas formas de acompanhamento das músicas pelas crianças, como palmas, sapateado e dança, e é a partir dessa relação, entre o gesto e o som, que a criança ouvindo, cantando, imitando, dançando, constrói seu conhecimento sobre a música. Nesse sentido, música e a linguagem seguem o mesmo processo de desenvolvimento

que utilizamos em relação à linguagem falada, ou seja, devemos expor a criança à linguagem musical e dialogar com ela sobre o assunto, partindo do seu conhecimento prévio da cultura musical.

Mas para que a música tenha significado e alcance seus objetivos, ela deve ser trabalhada de diferentes formas, porém contextualizadas com o conteúdo proposto em sala, podendo ser introduzida no canto, em parlendas, brincadeiras cantadas, na sonorização de histórias, teatros etc. Contudo, o ensino de música não tem o caráter de formar músicos, mas de contribuir para que a criança se desenvolva integralmente.

Trabalhar com a música na educação Infantil contribui para melhoria do processo de aprendizagem das crianças. Segundo Gaio (2004), a música ajuda principalmente as crianças que precisam de atendimento especial, pela sua característica lúdica e de livre expressão, tornando-se uma forma de aliviar e relaxar as crianças, o que auxilia na comunicação, contribuindo para o envolvimento social, despertando noções de respeito e atenção pelo outro e abrindo espaço para outras aprendizagens. A linguagem musical, portanto, é um meio poderoso para a interação social e se torna também um excelente recurso para o desenvolvimento da expressão, da autoestima, do conhecimento e do equilíbrio (BRASIL,1998).

A música não é uma simples ferramenta. Por ser de fácil acesso, ela não precisa de muitos recursos e materiais, precisa-se apenas de alunos e professores e que estes estejam envolvidos. Porém, ela deve ser praticada como matéria em si, como linguagem artística, forma de cultura e expressão. Godoi (2011) diz que a escola tem o papel de ampliar o conhecimento do aluno, favorecendo a convivência com os diferentes gêneros musicais, apresentando novos estilos e proporcionando um diagnóstico reflexivo do que lhe é apresentado, permitindo que o aluno torne-se um ser crítico. Conforme Barreto (2000),

ligar a música e o movimento, utilizando a dança ou a expressão corporal, pode contribuir para que algumas crianças, em situação difícil na escola, possam se adaptar (inibição psicomotora, debilidade psicomotora, instabilidade psicomotora, etc.). Por isso é tão importante a escola se tornar um ambiente alegre, favorável ao desenvolvimento (BARRETO, 2000, p. 45).

Portanto, para ensinar música não há necessidade de saber tocar ou ter domínio de algum instrumento, mas precisa ter conhecimento sobre música para que haja um aprimoramento dos conceitos básicos. Para se trabalhar com a música, o professor deverá efetuar pesquisas em relação ao método mais adequado para planejar atividades que a envolvam, buscando ser criativo e dinâmico para que assim desperte na criança uma motivação. Segundo Ferreira (2009), a música deve ser usada pelo professor para ensinar e não somente para recreação. Assim, segundo esse autor, será resgatado o valor da música dentro da sala de aula como auxílio para as crianças relaxarem, aprenderem sobre solidariedade e sobre valores éticos.

3.3 A música no processo de desenvolvimento da criança

Com o surgimento de novas descobertas na contemporaneidade, a escola pode contar com diversas atividades lúdicas, seguidas por novas técnicas e instrumentos capazes de contribuir positivamente na Educação Infantil. Para Gatti (2012), a música se torna uma aliada importantíssima, tanto pela sua interdisciplinaridade, quanto pela interação em atividades escolares e para todas as outras desenvolvidas com e para as crianças.

Durante uma atividade que envolva a música, a criança pode desenvolver a sensibilidade, a criatividade, imaginação, atenção, a movimentação e inclusive a socialização. Para Weigel (1988), esses aspectos do desenvolvimento estão intimamente relacionados e exercem influência uns sobre os outros, a ponto de não ser possível estimular o desenvolvimento de um deles sem que, ao mesmo tempo, os outros sejam igualmente afetados (WEIGEL, 1988, p.13).

Instrumento fundamental para a transformação do desenvolvimento e do aprendizado das crianças, e conhecendo os benefícios que o ensino de música nos oferece, as práticas e os modelos pedagógicos podem ser mais fáceis de serem desenvolvidos e aplicados, pois consequentemente contribuirá para o desenvolvimento cognitivo, afetivo, linguístico e psicomotor, estimulando na criança seu gosto musical, sua concentração, autodisciplina, hábitos, atitudes e comportamentos de caráter emocional.

A música está presente no dia a dia da Educação Infantil, nos ensinamentos de

valores éticos e morais e nas diferentes funções que trazem relações com a música na rotina das atividades das creches e pré-escolas. Nesse sentido, o RCNEI aponta que

o trabalho com a música deve considerar, portanto, que ela é um meio de expressão e forma de entendimento acessível as crianças. A linguagem musical é excelente meio para o desenvolvimento da expressão, do equilíbrio, da autoestima e autoconhecimento, além de poderoso meio de integração social (BRASIL, 1998, p. 49).

A música, por ser um recurso prazeroso e lúdico, desperta na criança uma manifestação maior que pode ser vista nas cantigas de roda, danças, teatro e em outras diversas formas que ela permite. Segundo Gatti (2012), essas manifestações têm como objetivo o físico, que oferece atividades que promovem o alívio de tensões, emocional e fadiga; o psíquico, promovendo processos de expressão, comunicação e descarga emocional, através do estímulo musical e sonoro; o mental, proporcionando situações que possam contribuir para estimular e desenvolver o sentido da ordem, harmonia, organização e compreensão.

Nogueira (2004) aponta alguns estudos que falam da influência da música no desenvolvimento afetivo, cognitivo e social da criança e os benefícios dessa prática, que seja pelo “aprendizado de um instrumento, ou pela apreciação ativa, potencializa a aprendizagem cognitiva, particularmente no campo do raciocínio lógico, da memória, do espaço e do raciocínio abstrato” (p.3).

Nesse sentido, faz-se necessário entender a prática com a música e como ela pode ser usada na escola, buscando apresentar atividades que irão contribuir para o desenvolvimento das crianças pequenas. Quando a criança participa de atividades com a música, permite-se a ela um conhecimento de si mesma, através do seu desenvolvimento corporal. Weigel (1988) e Barreto (2000), afirmam que essas atividades contribuem para o desenvolvimento cognitivo e linguístico, psicomotor e sócio afetivo da criança.

3.4 A Base Nacional Comum Curricular e a Educação Infantil

A Base Nacional Comum Curricular é um documento oficial que envolve todas as

etapas da educação básica, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Não é um currículo, mas uma ferramenta de orientação e de elaboração do currículo específico de cada escola, em que devem ser consideradas as particularidades metodológicas, sociais e regionais de cada instituição, ou seja, a Base tem como objeto estabelecer os objetivos de aprendizagem por meio de competências e habilidades que são essenciais para a educação. Já o currículo irá determinar como esses objetivos serão alcançados, criando estratégias pedagógicas mais adequadas ao contexto no qual esteja inserido.

A Base apresenta dez competências gerais que são caracterizadas como um conjunto de habilidades, conhecimentos, atitudes e valores que precisam ser desenvolvidos e que estão conectados com os desafios que o mundo contemporâneo oferece. Elas preveem a formação de cidadãos críticos, criativos, participativos e responsáveis, capazes de se comunicar, de lidar com as próprias emoções e propor soluções para problemas e desafios.

A BNCC visa a padronização dos conteúdos básicos que devem ser ensinados no país e esses devem corresponder ao currículo obrigatório de todas as escolas, destacando a parte diversificada do currículo escolar, em que os ensinamentos tradicionais e regionais sejam transmitidos aos alunos, pois as escolas têm que acrescentar ao projeto político pedagógico características culturais da comunidade na qual está inserida, sem que haja a exclusão dos direitos dos alunos.

Ela traz mudanças significativas no currículo da educação infantil e coloca os três pilares da EI de forma ampliada. O educar, cuidar e o brincar são apontados como direitos de aprendizagem que devem ser garantidos a todas as crianças e que essas tenham condições de aprender e de se desenvolver em consonâncias com os eixos estruturantes dessa etapa de ensino.

De acordo com as orientações da BNCC para a educação infantil, os eixos estruturantes das práticas pedagógicas devem ser experiências vividas pelas crianças através das interações e das brincadeiras e essas poderão construir e se apropriar de conhecimentos por meios de suas ações e interações com o outro, o que facilita a aprendizagem, o desenvolvimento e a socialização. Sob a ótica dos eixos estruturantes das práticas pedagógicas e as competências gerais da BNCC, há seis direitos de aprendizagem e de desenvolvimento que asseguram as condições para que as crianças aprendam em situações que possam

vivenciar e resolver os desafios que lhe são propostos no mundo social e natural. Esses direitos de aprendizagem são apresentados da seguinte forma:

Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas. **Brincar** cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. **Participar** ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando. **Explorar** movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia. **Expressar**, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens. **Conhecer-se** e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário. (BRASIL, 2018, p. 27)

Esses direitos foram pensados de forma que pudessem ser elementos essenciais para a formação das crianças, desde o desenvolvimento do autoconhecimento por parte do aluno, até a criação de senso crítico e de sua visão de mundo. Mas é preciso que a criança receba estímulos para desenvolver histórias, criatividade, pinturas, músicas, entre outras, e as instituições de ensino a garantia da prática desses direitos às crianças.

3.5 A Base Nacional Comum Curricular e os campos de interação com a música

A BNCC traz uma combinação curricular das experiências de vida das crianças e de seus conhecimentos adquiridos por meio da cultura, orientando esses saberes para os campos de experiências que são baseados nas Diretrizes Curriculares Nacionais, sendo eles: 1. *O eu, o outro e o nós*; 2. *Corpo, gestos e movimentos*; 3. *Traços, sons, cores e formas*; 4. *Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações*; 5. *Escuta, fala, pensamento e imaginação*.

Para cada campo de experiência destacam-se as faixas etárias e os objetivos de aprendizagem e conhecimento.

De acordo com documento, os cinco campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural (BRASIL, 2018, p.40).

Em análise dos campos de experiência apresentados pela BNCC em busca daqueles que têm interação mais direta com a música e as idades de três e quatro anos, objetivo dessa pesquisa, identificamos dois campos de experiência em que a música se destaca e tem papel fundamental. São eles: *Corpo, gestos e movimentos* e *Traços, sons, cores e formas*.

O primeiro campo de experiência é intitulado *Corpo, gestos e movimentos* e destaca atividades e situações em que o uso do espaço com o corpo e as variadas formas de movimentos são exploradas, buscando a importância do contato, desde a infância, com as diferentes linguagens artísticas e culturais como a música e a dança, dado que elas são capazes de expandir as formas de expressão corporal. Nesse sentido, é importante e necessário que a escola ofereça atividades lúdicas com interações com o outro, para que as crianças possam “explorar e vivenciar um amplo repertório de movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas com o corpo, para descobrir variados modos de ocupação e uso do espaço com o corpo” (BRASIL, 2018, p.41).

O segundo campo que identificamos é intitulado *Traços, sons, cores e formas* e tem como objetivo a convivência com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas que o espaço escolar oferece, possibilitando assim a vivência de várias formas de expressão e linguagens. Com essas experiências, as crianças poderão desenvolver seu senso estético e crítico, além de criar uma autonomia maior nas suas produções artísticas e culturais. Esse contato que a criança adquire com a música, com o teatro, dança, artes visuais e audiovisual possibilita o seu desenvolvimento, a sua criatividade, permite a ela se expressar e a explora a sensibilidade.

A educação infantil na BNCC reconhece e traz nos seus campos de experiência cada especificidade, direcionando-a a cada faixa etária das crianças, desde seus objetivos de aprendizagem a características de desenvolvimento. Esses campos são sequencialmente

organizados em três grupos (BRASIL, 2018, p.44): creche - bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e crianças bem pequenas - (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses), que são o foco desse trabalho, pré-escola - crianças pequenas (4 a 5 anos e 11 meses).

Para as crianças entre três e quatro anos, a música é direcionada para a criação de sons com materiais, objetos e instrumentos musicais, que são usados para acompanhar diversos ritmos, utilizando-se das diferentes fontes sonoras que estão disponíveis no ambiente, nas brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias, que deslocam o corpo no espaço e sejam orientados pelos professores com as noções de lateralidade e que elas possam criar diferentes sons, brincadeiras cantadas, poemas e canções, criando rimas, aliterações e ritmos.

Quando se fala em criação de sons com materiais, objetos e instrumentos musicais, o educador ao trabalhar com a produção instrumentos musicais artesanais, torna as aulas mais divertidas e dinâmicas, pois as próprias crianças podem e devem participar dessa produção. Para Brito (2005, p. 69), “Construir instrumentos musicais e /ou objetos sonoros é atividade que desperta a curiosidade e o interesse das crianças”. Assim, uma ação leva à outra, e a partir da construção de diversos tipos de instrumentos, pode-se trabalhar também com os atributos dos sons.

O trabalho com a música tem muito a oferecer tanto para as crianças, quanto para o educador. Através dela, as crianças se sentem mais à vontade no ambiente escolar, desenvolvendo e interagindo com os colegas, descobrindo suas próprias identidades e potencialidades.

4 METODOLOGIA DE PESQUISA

4.1 Caracterização da pesquisa

Para a realização desse trabalho, adotou-se uma abordagem qualitativa, porque apresentava o ambiente natural como fonte direta das informações, o caráter descritivo da investigação, o interesse mais pelo processo do que pelos resultados e a análise dos dados (BOGDAN; BIKLEN, 2010). Nesse sentido, não procuramos enumerar, mas auxiliar no entendimento detalhado de todas as informações adquiridas. Segundo Godoy (1995),

a pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados, envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995, p.58).

Marconi & Lakatos (2004) afirmam, portanto, que a abordagem qualitativa descreve e fornece uma análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento, entre outros.

4.2 Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa foram a coordenadora pedagógica e duas professoras de uma instituição pública de educação infantil, localizada em Arraias-TO. Para identificação desses sujeitos e preservação de suas identidades, foram atribuídas a função da primeira (nesse caso, coordenadora) e, para as professoras, uma letra do alfabeto para diferenciá-las. Assim, temos a coordenadora e as professoras A e B.

A coordenadora é formada no curso de Matemática, pela Universidade Federal do Tocantins-UFT, no ano de 2012, exerce a três anos a função de coordenadora pedagógica na instituição. A professora A, formada no curso de Pedagogia pela UFT, no ano de 2015, tem pós-graduação em educação infantil. A professora B fez o curso Normal Superior, no ano de 2004, e trabalha desde 1995 na educação infantil.

4.3 Procedimentos e instrumentos para a coleta de dados

Os instrumentos utilizados na coleta de dados foram as entrevistas semiestruturadas com as professoras responsáveis pelas turmas do Pré I da educação infantil, turnos matutino e vespertino, e com a coordenadora pedagógica da instituição

Por meio dessa abordagem adotamos o uso da entrevista que é uma técnica importante para a pesquisa, pois pode fornecer detalhes e evidenciar as opiniões da coordenadora e das professoras. No caso dessa investigação, utilizamos a entrevista semiestruturada, em que

listamos algumas questões com o intuito de deixar as entrevistadas mais à vontade para discorrer sobre os temas propostos.

A entrevista na pesquisa qualitativa, ao privilegiar a fala dos atores sociais, permite atingir um nível de compreensão da realidade humana que se torna acessível por meio de discursos, sendo apropriada para investigações cujo objetivo é conhecer como as pessoas percebem o mundo (FRASER; GONDIM, 2004, p.139-152).

Os autores citados acima relatam que a entrevista dá voz ao interlocutor para que assim ele fale sobre o que está acessível à sua mente no momento da interação com o entrevistador, um processo de influência mútua, pois ela instiga a discussão sobre um determinado assunto, tendo como característica principal a declaração explícita (FRASER; GONDIM, 2004).

Com a problemática e os diversos questionamentos, procuramos um caminho metodológico que melhor orientasse o estudo. O intuito era saber como era o ensino com a música e como essa prática poderia ajudar no desenvolvimento das crianças com 3 (três) e 4 (quatro) anos de idade. Assim, para a realização dessa pesquisa, foi elaborado um roteiro de perguntas dirigido às professoras regentes das turmas do Pré I (APÊNDICE A) e com a coordenadora pedagógica da escola (APÊNDICE B).

5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A MÚSICA NA PRÁTICA DOCENTE

5.1 A música na percepção da coordenadora pedagógica

O planejamento é de suma importância para que o educador tenha subsídio para que as crianças tenham êxito no processo de ensino-aprendizagem. Libâneo (1994, p.222), aponta que “o planejamento escolar é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas [...] no decorrer do processo de ensino”, tornando-o um processo mútuo de troca de informação entre coordenação pedagógica e professor, em busca da melhor forma de aplicação do conteúdo proposto.

Quando perguntado à coordenadora da instituição como ela acompanhava os professores no planejamento das aulas e como a música era inserida no planejamento, ela nos respondeu que acompanhava as professoras no planejamento semanal e, se necessário,

interferia no processo para melhorar o cronograma mensal de atividades e conteúdos a serem trabalhados durante a semana na instituição e que a música estava inserida desde o acolhimento das crianças em sala de aula até a saída. Na fala da entrevistada:

Sim. Acompanho o planejamento semanal, discutindo principalmente como foi na semana o processo de aprendizagem, como os alunos se comportaram e no que a gente precisar interferir no processo, e também discutindo as áreas de conhecimento que serão trabalhada na semana, sugestões de atividades, há uma troca de experiência nesse sentindo, trabalha muito essa questão ,além da gente já ter o cronograma mensal das atividades e conteúdo a ser trabalhado, a gente faz essa discussão do que poderia ser melhor para as crianças, as atividades melhor pra ser desenvolvida , com o intuito de se tornar mais atrativa. Também tem dentro dos eixos de conhecimento o trabalho com a música ligada a algum conteúdo, na parte da arte, do movimento.

Godoi (2011) afirma que a música colabora com o desenvolvimento da criança, promove a união entre a mente e o corpo, a razão e sensibilidade, a criatividade, a técnica. Através da música a criança aprende a coordenar seus movimentos em função dos diferentes ritmos, desenvolvendo assim sua coordenação motora.

Perguntamos à coordenadora se ela considerava a música como ferramenta de ajuda no desenvolvimento das crianças, e ela nos respondeu:

[a música] também é muito importante... primeiro trabalhar com a criança a questão da memória musical também além da questão do processo de aprendizagem, questão deles a audição, concentrar para ouvir, interpretar a música, ela vai envolver uma serie de habilidades que podem ser trabalhadas na música ao longo tempo, porque além deles só ouvirem eles precisam melhorar e expor a oralidade mas também a sua compreensão com a música, o ritmo, o que diz a música.

Na fala da coordenadora, percebemos que ela tem essa convicção da importância da música no desenvolvimento da criança, pois a música é linguagem, é área de conhecimento, é desenvolvimento psicossocial, cognitivo, afetivo e motor e é por meio dela que a criança expressa suas emoções, seus sentimentos, troca informações e amplia seu repertório de conhecimento. Chiarelli e Barreto (2005) falam do desenvolvimento da psicomotricidade, como ritmo que auxilia o sistema nervoso da criança, aprimorando assim as habilidades motoras.

Outra pergunta que fizemos a coordenadora foi de que forma a música era trabalhada na escola, se ela oferecia materiais e quais eram. A coordenadora destacou “*que a música ainda não é trabalhada como deveria ser, com os materiais de apoio*” que, segundo ela, seriam os instrumentos musicais e citou:

o que as impede, às vezes é a própria formação do curso não ter muita ligação no processo de formação de música, e que seria interessante se um professor soubesse tocar um violão, tocar um teclado, o que ainda não faz parte do grupo de habilidades dos professores, com isso se trabalha mais a questão do canto.

Para Godoy (2011), “a música pode ser usada de forma constante nas salas de aula, como por exemplo, para cantar canções em quem as crianças digam seus nomes e os nomes de seus colegas”, para eles a uma comunicação mais ampla e significativa.

Perguntamos à coordenadora se ela conhecia e trabalhava com as orientações da BNCC, em especial os campos que interagem com a música. Ela nos respondeu que todos os profissionais conheciam e estavam seguindo os eixos de aprendizagem da Base, apontando para um cartaz que estava colado na parede, onde estavam os pilares de aprendizagem da educação infantil, a saber: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer. Nas palavras dela:

A gente já está começando a desenvolver desde o ano passado, primeiro foi o processo de análise da BNCC, e a gente está em fase de transição, porque antes a gente trabalhava com uma linha, que não era da Base, usávamos as orientações das Diretrizes Curriculares, agora estamos nesse processo de readaptação, necessitamos ainda de formação. Porque a gente já tem, por exemplo, já sabemos os pilares de base da BNCC, só que ainda precisa muito trabalhar para se adequar realmente a esse processo de experimentar, apreciar sons, gestos e ritmos, a gente ainda está em processo.

Pela fala da coordenadora pedagógica, percebemos que ela está sempre em comunicação com as professoras, buscando melhoria do trabalho para que as crianças tenham uma boa aprendizagem. Ela acompanha os planejamentos dando suporte, ideias e orientações para o trabalho. Ela nos mostrou ainda que é importante trabalhar com a música na instituição de ensino, pois é uma fonte de socialização entre as crianças e que seria muito interessante se

o corpo docente aprendesse a tocar instrumentos musicais, pois isso se tornaria um grande recurso didático para elas e para as crianças.

5.2 Percepções das professoras sobre a música

Para o trabalho dos professores, o planejamento é fundamental, pois visa facilitar o ensino, organizar as tarefas, as questões didáticas e metodológicas e até mesmo questões da gestão escolar, como estabelecer planos de ação, estratégias de ensino e o uso dos recursos disponíveis na instituição. É a partir do planejamento que o professor desenvolverá seu plano de aula. Segundo Libâneo (1994), “o plano é um guia de orientações, pois nele são estabelecidas as diretrizes e os meios de realização do trabalho docente.” O plano de aula tem a função de orientar a prática, está em constante movimento pelas características que o processo de ensino adquire e com isso sofre modificações contidamente.

Iniciamos a entrevista perguntando às professoras se a música estava presente no planejamento delas e como. Elas nos responderam da seguinte forma:

A música está e presente sim, ela está em quase todo decorrer das aulas, se eu vou contar uma história tem uma musiquinha, para ir para fila, ir lavar as mãos. (Professora A)

Desde quando eu comecei a dar aula em 1999, meu plano de aula é todo envolvido com a música, do começo ao final, entrada e despedida, motivação para o aprendizado. (Professora B)

Perguntamos então às professoras se elas consideravam a música como ferramenta para o desenvolvimento das crianças:

A música ela faz com que a criança se desenvolva no todo, além da psicomotricidade, quer dizer no todo, que é a atenção, memória, o gosto pela música, aprender a ouvir. No todo, eu acho. Acho assim, com a música a criança aprende melhor, memoriza mais. Ela colabora para a formação integral da criança, fazendo a ficar mais ativa. (Professora A)

Sim, a música tem um papel importante na educação das crianças, ela contribui para o desenvolvimento psicomotor, sócio afetivo, cognitivo e linguístico além de ser facilitador do processo de aprendizagem. (Professora B)

Trabalhar com música, além de ser um processo lúdico e prazeroso, possibilita às crianças que se manifestem através das canções, das cantigas de roda, das danças, teatro, além de permitir que elas se conheçam melhor e ao próximo, contribuindo para seu desenvolvimento psicomotor, sócio afetivo, cognitivo e linguístico, como mencionado.

Questionamos então às professoras se elas conheciam e trabalhavam com as orientações da Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil, em especial aos campos que interagem com a música e elas destacaram:

A gente trabalha com os eixos da Base Nacional Comum Curricular, a gente não trabalha especificamente com instrumentos, mas sempre trazemos canções para a sala de aula. (Professora A)

Sim, conheço. Eu trabalho com a música desde quando comecei a dar aula e vejo a importância dela na formação da criança e a Base é uma forma de concretização juntamente com as Diretrizes e o Referencial, são pontos de apoio a nos professores. Os campos de aprendizagem que tem a música, para mim e mais um complemento para minhas aulas. (Professora B)

Indagamos as professoras se elas tinham conhecimento sobre a Lei 11.769, de 2008, sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica e em caso afirmativo, que falassem sobre ela. A professora A ficou pensativa e depois comentou:

a lei é importante, e ter a obrigatoriedade da música na educação também, mesmo que não se trabalhe o tempo todo com a música”. Já a professora B, nos respondeu; “eu tenho conhecimento dessa lei, mais só que não chegou nas escolas como obrigatória, essa lei ainda não foi efetivada como uma disciplina em si, mais envolvida no dia a dia. (Professora A)

De acordo com o que foi estabelecido na Lei 11.769, no ano de 2008, a música não deve ser necessariamente uma disciplina exclusiva, mas deve estar incluída no conteúdo de Arte. Porém, cada instituição de ensino tem total autonomia para decidir como incluir esse conteúdo de acordo com seu projeto político pedagógico.

Quando perguntamos a elas se os cursos de capacitação, de formação continuada, dão suporte para o desenvolvimento da educação musical, as professoras nos responderam da seguinte forma:

Incentiva a gente a trabalhar muito com a música, temos a bandinha aqui na escola, do instrumentos, colocamos eles para tocar, conhecer os instrumentos. (Professora A)

Com certeza, nós fizemos o ano passado (2018) um curso do Pnaic (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa) na educação infantil e veio assim, ao encontro da minha prática, um suporte muito grande, onde trabalhávamos histórias, músicas, danças, atividades práticas, lúdicas. A música é o centro para mim, eu não trabalho um dia sequer sem a música, e eu percebo a facilidade de estar trabalhando, de estar ensinado de uma forma prazerosa, como as crianças gostam. (Professora B)

Os cursos de capacitação e formação são uma forma de valorizar o corpo docente das instituições e as próprias crianças, pois nesses cursos os professores buscam melhorias e suporte para uma boa prática em sala de aula. Acreditamos que quando se investe em capacitação estamos investindo na qualidade e em melhorias para as escolas como um todo, o que impacta diretamente na formação dos alunos da instituição.

Ao final da entrevista, questionamos se elas gostariam de falar mais alguma coisa sobre o assunto, algo que não havíamos perguntado, e as professoras então destacaram:

A música num todo facilita a aprendizagem do aluno, deixando-o mais interativo. Eles memorizam as músicas e cantam, brincam. A música tem espaço aqui na escola, desde a acolhida até a despedida. (Professora A)

Sobre a importância de ser mais incentivada a música na escola, não só na educação infantil mais em todas as etapas, como eu a trabalhei de 1º ao 5º ano, quando você chegar, depara com crianças com vários problemas, eu trabalho em um setor periférico, via muitos alunos assim com dificuldade de falar, por causa da timidez, muitos ficavam zangados no canto, e quando eu recebia eles com uma música, já percebia o sorriso neles, depois já era outra criança, sorridente participativa, brincando. Trabalhei também no circuito campeão sempre com a música, eu sou apaixonada por trabalhar com a música. (Professora B)

Percebemos, portanto, pela fala da professora B destacada acima, que ela sempre trabalhou com a música desde o início da carreira, pois apontou que a música é uma prática rica em benefícios para as crianças.

A partir da análise das entrevistas, foi possível evidenciar que para as colaboradoras deste estudo a música tem um papel importante na formação educacional das crianças da instituição, pois colabora para o desenvolvimento integral do sujeito, não é apenas uma

prática descontextualizada e sim um complemento do trabalho, um meio para o melhor entendimento e efetivação das muitas atividades realizadas na educação infantil. Além de desenvolver a sensibilidade musical, ela pode ainda ajudar no desenvolvimento de outras habilidades e capacidades da criança, como a concentração, o raciocínio, a criticidade, a criatividade, aspectos são fundamentais para uma aprendizagem de qualidade, como mencionado anteriormente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos compreender os pontos favoráveis que o ensino com música podem oferecer às crianças da educação infantil, destacando a importância do seu aprendizado e sua significativa contribuição para a socialização das crianças. Sabemos que a música tem a capacidade de fazer com que a criança se expresse através da imaginação, da invenção, do cantar e do dançar e percebemos que algumas expressões no processo de ensino e aprendizagem ajudam-na no desenvolvimento de competências e habilidades que se buscam ao longo da sua formação integral.

Portanto, a música sempre foi, é e será utilizada na educação infantil contribuindo para o processo de desenvolvimento e conhecimento das crianças. Por meio da música, os educadores procuram desenvolver na criança a afetividade, contribuindo para a expressão da oralidade, ajudando-as na socialização e no convívio escolar. Ela está em toda parte; ela é relevante na vida do indivíduo e em suas características culturais. Ao trabalhar a música na escola, não podemos deixar de considerar os conhecimentos prévios da criança e o professor deve tomar isso como ponto inicial, incentivando-a a mostrar o que ela já sabe sobre esse assunto, deve-se ter uma postura de valorização em relação à cultura desses sujeitos.

Percebemos, pelos depoimento das professoras e da coordenadora pedagógica, que a música está presente em várias situações no ambiente escolar, tornando-se favorável ao início do processo de musicalização de forma intuitiva, através do contato com diferentes sons, pelo lúdico, com as brincadeiras musicais que contribuem para reforçar o desenvolvimento infantil. As músicas curtas e as brincadeiras cantadas são exemplos de estratégias de ensino para tornar a educação mais prazerosa, mesmo que os professores, em geral, não tenham uma

formação específica para investir mais na música, mas cabe a cada um tentar buscar e fazer com que esse ensino se torne cada vez mais qualificado, adequado e diversificado.

Por fim, destaca-se que os objetivos desse trabalho foram alcançados ao identificarmos a importância do ensino de música para os profissionais entrevistados e como ela contribui para o desenvolvimento das crianças, como na sua criatividade, sensibilidade e imaginação.

Por fim, observou-se que embora a instituição de ensino não tenha muitos recursos e profissionais qualificados na área de música que possam trabalhar com as crianças, ela está sempre em busca de novas possibilidades para oferecer um ensino de qualidade à comunidade.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro. LTC, 1978.
- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro. LTC, 1981.
- BARRETO, Sidirley de Jesus. **Psicomotricidade: educação e reeducação**. 2. ed. Blumenau: Acadêmica, 2000.
- BIKLEN, Robert; BOGDAN Sari. **Investigação qualitativa em Educação**. Porto Portugal: Porto Editora, 2010.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC 2ª versão**. Brasília, DF, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 11.769**, de 18 de agosto de 2008. Brasília/DF, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111769.htm>. Acesso em: 17 abr. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2009.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Editora do Brasil, 2003.
- BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação Fundamental. Brasília, V.3. Conhecimento de Mundo. MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. **Lei nº 11.274**, 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Diário Oficial da União, Brasília, DF,

7 fev. 2006a. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111274.htm>. Acesso em: 10 jun. 2019.

BRITO, T. A. **Música na educação infantil – propostas para a formação integral da criança**. São Paulo: Editora Petrópolis, 2005.

FRANÇA, Eurico Nogueira. **A música no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1953.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, S. M. G. **Da fala do outro ao texto negociado: Discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa**. Cadernos de Psicologia e Educação – Paidéia, USP – Ribeirão Preto São Paulo, v. 14, n.28, p. 139-152, 2004.

GAINZA, Violeta Hemsy de. **Estudos de Psicopedagogia Musical**. 3. ed. São Paulo: Summus, 1988.

GAIO, Roberta, MENEGHETTI, Rosa G. Krob. **Caminhos Pedagógicos da Educação Especial**, 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. Disponível em:<<http://www.faesi.com.br/nucleo-de-pesquisa-cientifica/75-portal-do-saber/238-a-musica-como-recurso-pedagogico-no-contexto-da-educacao-especial>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

GATTI, Ruana **A importância da música no desenvolvimento da criança**. Capivari-SP: CNEC, 2012 39p.

GODOI, Luis Rodrigo. **A importância da música na Educação Infantil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia). Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2011.

KUHLMANM JR, Moyses. **Educação Infantil e Currículo**. In. FARIA, Ana Lúcia Goulart de e PALHARES, Marina Palhares. **Educação Infantil Pós-LBD: rumos e desafios**. 6. ed. Campinas, SP: Autores associados, 2007.

KUHLMANM JR, Moyses. **Infância e Educação Infantil**. Uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 2010.

KRAMER, Sônia. **A política do Pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 3. ed. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1978.

KRAMER, Sônia. **As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação Infantil e/é fundamental.** Educ. Soc., Campinas, v. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out. 2006.

KRAMER, Sônia (Org.). **Com as pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil.** 4. Ed. São Paulo: Editora Ática. 1996. 110 p.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Metodologia científica.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MONTANDON, Cléopâtre. **Sociologia da infância: balanço dos trabalhos em língua inglesa.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, nº112, pp.33- 60,2001.

NOGUEIRA, Monique Andries. **A música e o desenvolvimento da criança.** Revista da UFG, Goiânia, v. ano VI, n. volume 2, p. 22-25, 2004. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2011/Arte/Artigos/moniqueartigo.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2019.

PEREIRA, Luis Felipe Radicetti. **Um movimento na história da educação musical no Brasil: uma análise da campanha pela LEI 11.769/2008.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Uni-Rio), Centro de Letras e Artes. Rio de Janeiro, 2010.

PENNA, Maura. A dupla dimensão da política educacional e a música na escola: da legislação a prática escolar. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, v. 12 nº 11, setembro de 2004, p. 7-16.

WEIGEL, Anna Maria Gonçalves, **Brincando de música.** Porto Alegre: Kuarup, 1988.

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista com as Professoras

Nome: _____

1. Qual sua formação acadêmica? Em qual ano obteve o título de graduação?
2. A música está presente no seu planejamento? Como e quando ela aparece?
3. Na sua opinião, qual a contribuição da música no processo de ensino e aprendizagem da criança?
4. A música pode contribuir para formação integral da criança? De que forma?
5. Nos documentos oficiais, há a indicação de que a música deve estar presente na educação infantil, e há ainda especificamente a lei 11.769 de 2008, sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. Você tem conhecimento dela? Comente.
6. Você conhece e trabalha com as orientações da Base Nacional Comum Curricular para Educação Infantil no que diz respeito especialmente ao trabalho com música?
7. Os cursos de capacitação e formação dão suporte para desenvolvimento da educação musical? Explique.
8. Tenha alguma pergunta que não tenhamos feito sobre o assunto e que você gostaria de comentar?

APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista com a Coordenadora Pedagógica da Instituição

Nome: _____

1. Qual sua formação acadêmica? Em qual ano obteve o título de graduação? A quanto tempo exerce a função de coordenadora nesta instituição?
2. Você acompanha os professores no planejamento das aulas? Se sim, como faz esse acompanhamento?
3. Você considera a música como uma ferramenta que possa ajudar no desenvolvimento das crianças? Fale-nos um pouco sobre isso.
4. De que forma a música é trabalhada nessa escola?
5. Vocês conhecem e trabalham com as orientações da Base Nacional Comum Curricular para Educação Infantil no que diz respeito especialmente ao trabalho com música?
6. Tenha alguma pergunta que não tenhamos feito sobre o assunto e que você gostaria de comentar?

ANEXO A - TERMO DE CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO

Estamos realizando a pesquisa intitulada “Música na educação infantil: Práticas docentes em uma Instituição pública de ensino de Arraias-TO”, que tem como objetivo identificar e relatar práticas pedagógicas de docentes que atuam em uma escola infantil no município de Arraias-TO, em relação ao ensino com música e como essas práticas poderão ajudar no desenvolvimento das crianças. Para tanto, solicitamos autorização para realizar este estudo nesta instituição. Também será utilizado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para cada participante.

A coleta de dados envolverá observação de eventos e entrevistas com os participantes, realizadas pela pesquisadora. Todos os envolvidos serão claramente informados de que sua contribuição é voluntária e pode ser interrompida a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. A qualquer momento, tanto os participantes quanto os responsáveis pela Instituição poderão solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados a este estudo.

Todos os cuidados serão tomados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações, preservando a identidade dos participantes. Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos Critérios de Ética na Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução n. 196/96 do CNS. Nenhum dos procedimentos realizados oferece riscos à dignidade dos participantes. Todo material desta pesquisa ficará sob a responsabilidade do pesquisador assistente e após cinco anos será destruído. Dados individuais dos participantes, coletados ao longo do processo, não serão informados à instituição envolvida, mas deverá ser realizada uma devolução dos resultados, de forma coletiva, para a instituição, se for assim solicitado. Através deste trabalho, esperamos aumentar o conhecimento científico para a área de educação.

Agradecemos a colaboração dessa instituição para a realização desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais.

Responsáveis:

Giane Maria da Silva (Orientadora)

giane.silva@uft.edu.br

Deuzely Fernandes Batista (Pesquisadora)

ninafernades@uft.edu.br

Arraias-TO, de de 2019.

Concordamos em participar do presente estudo.

Instituição: _____

Nome do responsável legal: _____

Assinatura: _____

ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO, Resolução nº 196/96 – CNS

O(a) senhor(a) _____ está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada: Música na educação infantil: Práticas docentes em uma Instituição pública de ensino de Arraias-TO”, que tem como objetivo identificar e relatar práticas pedagógicas de docentes que atuam em uma escola infantil no município de Arraias-TO, em relação ao ensino com música e como essas práticas poderão ajudar no desenvolvimento das crianças.

Trata-se de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de graduação em Pedagogia, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), cujos resultados poderão servir de subsídios para a discussão sobre as práticas docentes com o ensino de música. A pesquisa tem término previsto para de 2019

Informamos que suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, ou seja, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade estará assegurada com a substituição de seu nome. Os dados coletados serão utilizados apenas NESTA pesquisa e os resultados serão divulgados em eventos e/ou revistas científicas. Todo material desta pesquisa ficará sob a responsabilidade do pesquisador e após cinco anos será destruído.

Sua participação é voluntária. Portanto, a qualquer momento o(a) senhor(a) poderá se recusar a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento, sem nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição em que trabalha. Sua participação consistirá em autorizar a observação das aulas, bem como responder as perguntas a serem realizadas sob a forma de entrevista, a qual será gravada para posterior transcrição e guardada por cinco (05) anos e incinerada após esse período.

Informamos ainda que o(a) senhor(a) não terá nenhum custo ou quaisquer compensações financeiras. Por ser anônima e confidencial, sua participação no projeto não apresenta riscos à sua pessoa. O benefício relacionado à sua participação será de ampliar o conhecimento científico sobre a área de educação. O(a) senhor(a) receberá uma cópia deste Termo, onde consta o e-mail dos pesquisadores responsáveis, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação, agora ou a qualquer momento.

Destacamos, ainda, os dados da coordenação do curso de Pedagogia, na UFT campus de Arraias, para que o(a) senhor(a) possa também acioná-la agora ou a qualquer momento, caso queira fazer alguma notificação sobre o que considera como irregularidade de natureza ética nesta pesquisa.

Desde já agradecemos sua disponibilidade e atenção!

Responsáveis:

Giane Maria da Silva (Orientadora)

E-mail: giane.silva@uft.edu.br

Deuzely Fernandes Batista (Pesquisadora)

E-mail: ninafernades@uft.edu.br

Arraias-TO,de de 2019

Declaro estar ciente do teor deste TERMO e estou de acordo em participar do estudo proposto.

Sujeito da Pesquisa

Nome completo: _____

Assinatura: _____